



**INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES -BHU**

JESSICA ANTÓNIO GUNHI

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DE GUINÉ-BISSAU ENTRE
OS ANOS DE 2023-2025**

**REDENÇÃO/CE
2025**

JESSICA ANTÓNIO GUNHI

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU ENTRE
OS ANOS DE 2023-2025**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADORA: Prof. Dra. Janaina Campos Lobo

**REDENÇÃO/CE
2025**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa Político da Guiné-Bissau.....	6
--	----------

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	5
2	DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA.....	8
3	OBJETIVOS.....	9
3.1	Objetivo Geral:	9
3.2	Objetivos Específicos:	9
4	HIPÓTESES	9
5	JUSTIFICATIVA.....	10
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
6.1	DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU	12
6.2	PROCESSO DE SELEÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DA GUINÉ-BISSAU	14
6.3	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NA TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA.....	17
6.4	DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA GUINEENSE	19
7	METODOLOGIA	20
	REFERÊNCIAS.....	21

1 APRESENTAÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a participação das mulheres na política da Guiné-Bissau, no período de 2023 a 2025. A política, entendida como instrumento fundamental para a convivência social a partir de leis e regras estabelecidas por uma nação, requer a participação de diferentes grupos sociais. A presença equilibrada de homens e mulheres é, portanto, indispensável para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Contudo, no país tem registado avanços no discurso sobre igualdade de género, porém a presença feminina nos espaços de tomada de decisões continua marcada por desafios significantes.

Para situar este trabalho, trarei breves informações sobre Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, com uma superfície de 36.125 km². Faz fronteira com Senegal, ao norte, e com a Guiné-Conacri, a leste e ao sul, sendo banhada a oeste pelo Oceano Atlântico. Sua parte insular inclui o arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 50 ilhas e ilhéus que cobrem aproximadamente 10.000 km² (Araújo, 2012). O país possui uma população estimada em 1,5 milhão de habitantes, distribuídos em cerca de 30 grupos étnicos, entre os quais se destacam Balantas, Fulas, Mandingas, Mandjacos, Papel, Mancanhis/Brames e Bijagós. Além da língua portuguesa, oficial, e do crioulo, predominante nos centros urbanos, cada grupo preserva sua própria língua (Namone, 2014).

No que diz respeito à economia, “A taxa de crescimento real do PIB é de 3,5% desde 2010. O país vive, essencialmente, dos seus recursos naturais e serviços de ecossistema. A agricultura e a exploração florestal constituem os setores chaves da economia nacional. O setor agrícola tem a maior contribuição na economia nacional com 57% do Produto Interno Bruto (PIB) e absorve 79,2% da população (dados de 2002). Os solos com vocação agrícola cobrem 32% da superfície total e o país dispõe de recursos florestais consideráveis. Constata-se, no entanto, que a economia nacional é extremamente dependente da monocultura e da exportação da castanha de caju. Com cerca de 150 mil toneladas de produção, a Guiné-Bissau já é o 5º produtor mundial e o primeiro exportador in natura da castanha de caju” (Araújo, 2012).

Em relação aos dados censitários, as mulheres constituem a maioria da população guineense com 51,4% e os homens 48,6% (INE, 2009). Em termos de distribuição da população por nível de escolarização por sexo, entre 51,3% do sexo feminino não tem nenhum nível de instrução contra 36,8% do sexo masculino. Em simultâneo, percebe-se que em todos os níveis de escolarização as mulheres são mais afetadas em relação aos homens, representando 43,4% no primário, 4,4% no secundário e 0,9% no superior e os homens 53,5% no primário, 8,1% no secundário e 1,6% no superior, a taxa da escolarização das crianças de 6 a 11 anos é mais baixa

no meio rural que urbano, representando 63,28% para meninos e 59,63% para meninas. No ensino secundário a taxa líquida das crianças de 12 a 17 anos a nível nacional é baixa (3,1%). Em termos da representação de gênero, não se verifica grande diferença, mas nas regiões a taxa das meninas é mais baixa que dos meninos, excepto as regiões de Tombali e Bolama/Bijagós onde as meninas representam 1,05% e 6,98% e os meninos 0,79% e 6,22%, respetivamente. A família constitui um dos motivos de desperdício escolar, a responsabilidade assumida pelas meninas para ajudar a família domesticamente as impede de frequentar a escola ou de ter um bom desempenho, o que resulta em abandono ou fracasso escolar. O motivo é mais frequente entre as mulheres (21,4%) elas são mais afetadas por exigências familiares, do que entre os homens 17,5%. (INE, 2023).

A Constituição da República da Guiné-Bissau consagra formalmente o princípio da igualdade de gênero, estabelecendo uma base jurídica para a promoção dos direitos das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação. Nos artigos 24.º e 25.º, o texto constitucional afirma que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo” e que “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. Esses dispositivos expressam o compromisso do Estado com os valores da igualdade e da justiça social, em consonância com os instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais o país é signatário, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e o Protocolo de Maputo (Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África).

Figura 1: mapa da Guiné-Bissau



Fonte: ezilon, Maps¹

Apesar dessa riqueza cultural e econômica, as mulheres enfrentam múltiplos desafios para se inserirem na política nacional. Fatores como o analfabetismo, sobrecarga de responsabilidades domésticas, limitações econômicas, barreiras socioculturais, falta de apoios dos partidos políticos e a desigualdade de acesso à educação limitam sua participação política. Muitas desconhecem seus direitos e acabam relegadas a uma condição de “segunda classe” ou sub-cidadãs”, com voz reduzida nos processos de decisão. Essa exclusão histórica reforça a necessidade de compreender de que maneira as mulheres da Guiné-Bissau têm buscado espaços de atuação política e como suas experiências podem contribuir para processos de transformação social.

Por sua vez Té (2022) explica que a ausência de informação acessível e um sistema educacional frágil contribuem para que muitas mulheres não reconheçam seus direitos inalienáveis. A emancipação social é, portanto, necessária para garantir que todos conheçam suas prerrogativas e responsabilidades.

Existe algumas barreiras que limitam a presença feminina na política guineense, ao reforçar e legitimar o sistema patriarcal que associa o poder político ao masculino e restringe o papel das mulheres ao espaço privado. Conforme explica Cá (2023), no contexto da Guiné-Bissau, as mulheres são vítimas de um sistema patriarcal que, sob o pretexto da cultura, da etnia ou da religião, as relega ao lar e lhes nega visibilidade e protagonismo nos espaços de decisão.

A integração feminina na política guineense permanece reduzida. Tantos homens quanto mulheres compartilham uma percepção enraizada de que as mulheres não têm capacidade para liderar politicamente, sendo vistas apenas como responsáveis pelo cuidado da casa e da família. Essa visão limitada consolida uma divisão social que valoriza os homens como fortes e aptos ao exercício do poder, enquanto associa as mulheres à fragilidade e à menor importância social. Como assevera Gomes (2016), muitas mulheres foram afastadas de cargos de decisão e reconduzidas a posições de subordinação, de modo que poucas alcançaram efetiva emancipação após a independência.

Esse quadro estrutural faz com que a presença das mulheres na política seja ínfima, embora sua participação seja fundamental para a promoção da igualdade de gênero e para o desenvolvimento do país. A capacidade de administrar o lar, conciliar o trabalho doméstico e as atividades profissionais, demonstra que as mulheres possuem competências que poderiam ser aplicadas com êxito na gestão da coisa pública.

Entretanto, muitas vezes os partidos políticos instrumentalizam a presença feminina apenas para mobilizar votos, sem reconhecê-las como candidatas legítimas. Conforme o

relatório da UNIOGBIS (2012), além de sensibilizar lideranças partidárias, é necessário investir em atividades que fortaleçam a capacidade e a motivação das mulheres para se engajarem na política formal, em igualdade de condições com seus colegas homens.

O domínio da esfera pública pela classe política dominante, pautado em jogos de interesse, reforça a exclusão das mulheres ao transformar o parlamento em espaço que não valoriza suas competências. Essa exclusão atinge sobretudo as mulheres das camadas populares, que têm menos recursos para desenvolver seus talentos e exercer plenamente seus direitos políticos.

Diante desse cenário, este trabalho propõe investigar a participação das mulheres na política da Guiné-Bissau, com foco em compreender os mecanismos de exclusão e, sobretudo, em identificar caminhos e soluções que contribuam para ampliar a presença feminina nos espaços de decisão.

2 DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

A escolha deste marco temporal entre 2023 e 2025 fundamenta-se por ser uma fase marcada por importantes acontecimentos políticos na Guiné-Bissau que influenciaram de forma direta a participação das mulheres nas estruturas de poder. Portanto, este intervalo envolve vários fatores como processos eleitorais, mudanças governamentais, debates sobre igualdade de gênero e reconfigurações nos partidos políticos, permitindo, desta forma, observar de forma clara as dinâmicas recentes de inclusão ou exclusão feminina no espaço político.

Na Guiné-Bissau, algumas mulheres ocuparam cargos de destaque, embora em sua maioria fossem pertencentes às elites políticas ou familiares diretas dessas lideranças, enquanto as mulheres das camadas populares continuam sem espaço efetivo de participação, apesar de seu reconhecido potencial e talento. Contudo, a participação das mulheres na política guineense poderia representar um marco de transformação para o cenário político do país. No entanto, essa realidade ainda é difícil de alcançar, pois a sociedade guineense tende a relegar às mulheres a um papel secundário.

Tendo em vista que, pouquíssimo número das mulheres na política guineense se refere aos familiares das elites. Segundo Impanta (2017), as mulheres que têm mais facilidades de expressar as suas ideias na política e que constituem o pequeno número na política são provenientes de um grupo social de classe de elites, mulheres com melhores condições econômicas representando uma família com ligação direta à política.

Entretanto, num país em que o poder se centraliza no gênero masculino, conhecido como patriarcado¹, um sistema que autoriza o homem a controlar instituições sociais, a inclusão das mulheres no espaço de tomada de decisão política ainda se torna algo distante (Te e Monteiro, 2024). Diante desse quadro, emergem questões centrais: por que as mulheres não ocupam altos cargos na política guineense? Como se dá a integração das mulheres na política partidária nacional? Se as mulheres constituem mais da metade da população guineense, por que essa maioria não se traduz em efetiva representação na esfera pública?

Esta temática tem sido amplamente discutida em trabalhos de conclusão de curso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), a exemplo de Capcine Casimiro Cá (2023), Djuairato Djualó (2023), Ginelsa NelsonVieira Té (2018), dentre outros. Porém, meu foco será compreender a razão da pouca participação das mulheres na política guineense, especialmente as mulheres de classes populares.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- Compreender e analisar a representatividade feminina na política da Guiné-Bissau no período de 2023 a 2025, destacando os fatores que influenciam sua emancipação ou exclusão dos espaços de decisão.

3.2 Objetivos Específicos:

- Analisar as causas da desigualdade de acesso ao poder político entre homens e mulheres na Guiné-Bissau;
- Compreender como ocorre o processo de ocupação dos cargos políticos nos partidos atuantes no país;
- Investigar os fatores que levam as mulheres de Guiné-Bissau a ocuparem, de forma recorrente, cargos secundários ou de menor relevância na estrutura partidária.

4 HIPÓTESES

¹ A Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) tem sido protagonista no avanço das pesquisas sobre Guiné-Bissau, especialmente sob uma perspectiva endógena e decolonial, oriundas dos/as diversos/as estudantes guineenses que fizeram e fazem suas formações acadêmicas nesta instituição.

- **H1:** Em Guiné-Bissau, a baixa participação das mulheres no cenário político resulta, em grande medida, da falta de oportunidades criadas e mantidas pela classe política dominante.
- **H2:** Apesar de a presença das mulheres na política guineense ser essencial para o fortalecimento da democracia e para a promoção da igualdade de gênero, elas continuam enfrentando desafios estruturais e barreiras sociais que dificultam sua plena emancipação política.
- **H3:** Em Guiné-Bissau, as mulheres de classes populares, apesar de possuírem talentos e capacidades políticas reconhecíveis, permanecem invisibilizadas e excluídas dos espaços formais de poder, em razão das estruturas de privilégio que favorecem elites políticas e econômicas.

5 JUSTIFICATIVA

A relevância deste projeto se justifica na realidade vivida pelas mulheres guineenses, sistematicamente afastadas da política e vistas como incapazes de exercer papéis de liderança. Na prática, observa-se uma divisão de funções marcada pelo gênero: às mulheres, as áreas da educação, saúde e cuidado doméstico; aos homens, o espaço público, a política e os cargos de maior prestígio. Assim, as mulheres permanecem em posição secundária, ocupando, quando muito, funções precárias e de menor interesse político, enquanto os homens assumem os cargos de maior poder e reconhecimento.

Esse cenário contrasta com exemplos internacionais de emancipação feminina na política. Países como Tanzânia, Croácia, Brasil, México e Namíbia já tiveram mulheres em posições de chefia de Estado, como Samia Hassan Suluhu, Kolinda Grabar-Kitarović, Dilma Rousseff e Netumbo Nandi-Ndaitwah. Essas lideranças comprovam que a presença feminina pode trazer novas perspectivas e transformações significativas para a condução política.

Na Guiné-Bissau, entretanto, diversos fatores estruturais continuam a limitar a presença das mulheres no espaço público: tradições culturais e práticas patriarcais, desigualdade educacional e violência de gênero. Nas zonas rurais, muitas mulheres, mesmo responsáveis pelo sustento da família através do trabalho informal, permanecem invisíveis e sem voz política, restritas a papéis subalternos.

Em termos de interesse pessoal, justifico esta temática por ser um problema de extrema importância uma vez que a sociedade guineense se organiza pelas instituições que favorecem os homens, o gênero masculino domina todas as esferas gozando dos privilégios, uma sociedade

patriarcal, que se manifesta na desigualdade de gênero, na baixa participação feminina na política, na tomada de decisão e na submissão da mulher pelo homem. As mulheres guineenses enfrentam dois principais desafios de subordinação: a colonização trazida pelos colonizadores através da igreja católica que estabelece que a mulher deve ser submissa ao homem e o patriarcado² que define a ideia do poder que o homem tem sobre a mulher.

Entretanto, o diferente obstáculo enfrentado pelas mulheres guineenses faz com que a política guineense seja composta por um pouquíssimo número das mulheres. Depois da luta de libertação a história testemunhou duas mulheres em destaque na política, a primeira mulher foi Carmen Maria de Araújo Pereira, ela foi eleita para a presidência da assembleia nacional popular, como presidente de assembleia assumiu o cargo da presidente da República da Guiné-Bissau em 14 de maio de 1984 a 16 de maio de 1984, o seu mandato durou três (03) dias, ela foi a primeira mulher a ocupar a presidência de um país na África e a única na Guiné-Bissau. E a Antonieta Rosa Gomes foi a primeira que concorre democraticamente como candidata à presidência da república da Guiné-Bissau nas eleições de 1994, 1999 e 2005 e não tinha conseguido mais de 2% de votos.

Atualmente, embora nenhuma mulher tenha assumido a presidência da República da Guiné-Bissau, e nem sequer tenha havido candidatas ao cargo, observa-se que a representação feminina nos aparelhos do Estado é extremamente reduzida. Esse número tão pequeno desperta minha atenção: quem são essas mulheres que, mesmo diante de tantas dificuldades, conseguem ingressar na política? Quem eram seus pais? Quais suas trajetórias familiares? Quais são as possíveis ligações familiares com o meio político?

Na Guiné-Bissau, ser mulher já implica enfrentar inúmeros desafios para participar da vida política, independentemente da capacidade individual. No entanto, quando se trata de mulheres oriundas das classes populares, esse desafio torna-se ainda maior, pois elas carregam um duplo obstáculo, o de gênero e o de classe, para conquistar um espaço na política.

Este projeto se fundamenta em três dimensões principais: acadêmica, social e política. No campo acadêmico, busca-se contribuir para a formação de novos pesquisadores, desconstruindo padrões morais e sociais que sustentam a desigualdade de gênero. No âmbito social, objetiva-se demonstrar que o lugar da mulher não é apenas o espaço doméstico, mas

² Para compreender o conceito contemporâneo de patriarcado, podemos recorrer à definição proposta por Gerda Lerner (2019, p. 290), que o descreve como a “manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família, e a extensão dessa dominação sobre as mulheres na sociedade em geral”. Segundo a autora, o patriarcado implica que os homens detêm o poder nas principais instituições sociais, enquanto as mulheres são sistematicamente excluídas do acesso a esse poder. Assim, o patriarcado configura-se como um sistema histórico e institucionalizado de dominação masculina, que estrutura as relações de gênero e organiza hierarquicamente o poder na sociedade.

também o espaço político, onde sua atuação é legítima e necessária. Na esfera política, o estudo pretende servir como apelo aos governantes guineenses, evidenciando que a inclusão feminina nos espaços de decisão é fundamental não apenas para a equidade, mas também para o desenvolvimento do país.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho fundamenta-se nos conceitos de diferentes autores que abordam o tema sob diversas perspectivas, buscando compreender as razões que explicam a escassa participação das mulheres na política guineense. A análise será articulada com contribuições de organizações femininas que discutem a desigualdade de gênero, bem como com reflexões de pesquisadores/as sobre a quantidade e a qualidade da participação feminina existente, destacando o potencial transformador das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

6.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau enfrenta um grave problema no que se refere às desigualdades de gênero, uma vez que, historicamente, a exclusão das mulheres da esfera pública foi naturalizada. Na prática, isso significa que elas não são plenamente autorizadas a participar dos processos de tomada de decisão política de forma direta, sendo relegadas ao espaço privado. Dessa forma, apesar da Lei n.º 4/2018, também referida como “Lei da Paridade”, estabelecer que listas de candidaturas para a Assembleia Nacional e órgãos municipais devem conter no mínimo 36% de mulheres, esse número não é incrementado.

Segundo Aboim e Sofia (2012), os espaços e funções sociais são rigidamente delimitados: enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao espaço privado permanecem associadas ao feminino (maternidade, afetividade e cuidado), a esfera pública, vinculada à produção e à cidadania política, é concebida como domínio do masculino, o que reforça sua supremacia e legitima sua posição de “chefe de família”.

Essa construção social de gênero na Guiné-Bissau intensifica a desigualdade e limita a atuação das mulheres, que passam a ser vistas como frágeis e de menor valor social, ao passo que os homens são considerados mais aptos para enfrentar desafios e tomar decisões. Nesse sentido, Gomes *et al.* (2015) lembram que o conceito de gênero emergiu como categoria política voltada à redefinição das relações de poder entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que

se consolidava como categoria epistemológica, permitindo repensar processos de conhecimento e práticas sociais.

Os fatores educativos e culturais também desempenham um papel central nessa desigualdade. Como a família constitui o primeiro espaço de socialização, meninos e meninas são educados segundo padrões diferenciados: às meninas cabe a preparação para servir ao marido, enquanto aos meninos é atribuída a formação para assumir o papel de chefes de família. Essa lógica reproduz desigualdades profundas. Como assinala Biague (2019), até recentemente alguns grupos étnicos sequer permitem que meninas frequentem a escola, reforçando sua condição de “donas de casa”. Nesse contexto, muitas mulheres passaram a construir espaços próprios de organização e transmissão de saberes, buscando transformar suas demandas em políticas públicas.

Essa exclusão das mulheres da esfera pública se perpetua, ainda hoje, sob novas roupagens. A política, enquanto espaço de fala e decisão, permanece marcada por um rosto patriarcal que, historicamente, não soube dialogar com esferas femininas e feministas (Lopes, 2023). Como resultado, a representação das mulheres na política ativa é sistematicamente negada ou reduzida, produzindo um quadro persistente de sub-representação e marginalização.

A segregação das mulheres na política é um fenômeno que paira quase todos os países no mundo, como na Inglaterra, França, Brasil, Portugal, Estados Unidos de América, Brasil, Senegal, Nigéria, etc. Na Guiné-Bissau, a política partidária apresenta uma estrutura ligada aos homens. A história do país é demarcada por umas pouquíssimas mulheres que tiveram grandes impactos na política nacional, o que fato que nos leva a perceber que as mulheres foram afastadas da participação ativa (Lopes, 2023).

Na Guiné-Bissau, diversas barreiras estruturais e culturais dificultam a entrada das mulheres na política pública. Entre esses obstáculos destacam-se o analfabetismo, a falta de conhecimento sobre direitos civis e políticos, e a percepção social que posiciona as mulheres como cidadãs de segunda classe. Culturalmente, prevalece a ideia de que a administração das mulheres se limita ao espaço doméstico, deslegitimando sua capacidade de governar e participar efetivamente das decisões políticas do país.

Além disso, a desigualdade de gênero é agravada pelas altas taxas de pobreza e pelo baixo nível educacional, que restringem o acesso das mulheres aos espaços públicos e ao mercado de trabalho formal, forçando muitas delas a se engajar em atividades informais precárias que exigem grande esforço físico e oferecem pouca segurança ou reconhecimento (Britto, 2018).

A limitada participação feminina na política e nos centros de decisão está também relacionada a fatores socioculturais, níveis reduzidos de instrução, condições econômicas

desfavoráveis, à hegemonia masculina no sistema político e à subalternização histórica dos movimentos de mulheres (Amaral, 2003). Esses elementos ajudam a compreender a dinâmica da participação feminina na vida pública e cultural guineense, evidenciando uma sociedade patriarcal em que os espaços de poder são tradicionalmente ocupados pelos homens, enquanto as mulheres permanecem marginalizadas.

Amaral (2003) ressalta que, em sociedades marcadas pelo patriarcado, os homens tendem a preservar as posições privilegiadas que ocupam historicamente, especialmente na esfera política. Mesmo quando compartilham alguma autoridade na vida privada, na arena pública empregam estratégias para manter as mulheres à margem, consolidando assim a desigualdade de gênero e restringindo a representatividade feminina nas decisões políticas do país

6.2 PROCESSO DE SELEÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DA GUINÉ-BISSAU

Durante a luta de libertação nacional, o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) desempenhou um papel crucial, liderando a resistência contra o colonialismo e conduzindo o processo de independência do país. Após a conquista da independência, a Guiné-Bissau passou a ser governada pelo regime de partido único, sob comando do PAIGC.

Em 1991, o país adotou o sistema multipartidário, permitindo a criação de diversos partidos políticos, a partir desse momento, o processo de seleção para cargos políticos passou a ocorrer em grande parte por meio de pactos e negociações internas dentro dos partidos. As primeiras eleições legislativas e presidenciais sob o novo regime multipartidário ocorreram em 1994 (Koudawo, 2001, apud Té, 2024). Marcando o início de uma nova fase na política guineense, caracterizada por maior pluralidade, mas também por desafios persistentes em termos de inclusão e representatividade, especialmente da participação feminina. Para tal Té,

O ano 1991 marcou o ponto inicial da configuração do sistema partidário bissau-guineense, marcando a pequena abertura. Naquele ano foi eliminada o 4º e 6º artigos da Constituição, que consagrava o PAIGC como a única força política dirigente da sociedade e expressão suprema da vontade soberana do povo. Adoção do multipartidarismo, de um lado, possibilitou a criação e a entrada de novos partidos políticos, e, de outro, a emergência de um ambiente político competitivo, apesar de grande predominância do PAIGC (Té, 2023).

As mulheres continuam a representar uma baixa percentagem no processo de seleção partidária na Guiné-Bissau, mesmo com alguns avanços legislativos, como a Lei da Paridade,

já mencionada. Contudo, a efetiva participação feminina permanece um desafio, uma vez que os partidos políticos muitas vezes utilizam as mulheres para seus próprios interesses, aproveitando-se de sua presença para impulsionar votos, sem, de fato, garantir acesso real aos espaços de decisão.

A Lei da Paridade visa aumentar a participação das mulheres na vida política e assegurar que elas tenham representação justa nos espaços de decisão. No entanto, embora os partidos políticos sejam obrigados a apresentar listas de candidatos com um mínimo de 36% de mulheres, essa exigência não tem sido cumprida. Atualmente, dos mais de 30 partidos no país, apenas três são dirigidos por mulheres (DW, 2014). Segundo Turé (2014) considera que a Lei da Paridade foi “uma fraude legislativa para tentar enganar parceiros internacionais e conquistar alguma simpatia das mulheres na época”, acrescentando que “hoje ficou claro que não é nada mais do que uma letra morta”, dada a ineficiência de sua aplicabilidade.

Por outro lado, Gomes (2024) realça que a lei da paridade é uma lei votada com má vontade política, que acabou por ser jogada por força, pois tiraram a eficácia da lei, o próprio nome é problemático, porque paridade significa 50/50, os partidos políticos seriam obrigados a apresentar listas de candidatos na base de igualdade 50% de mulheres e 50% de homens nos lugares elegíveis.

Ainda Gomes (2024) ressalta uma questão de grande importância em que Martina Moreira Moniz, pertencente ao partido da renovação social (PRS), na altura presidente da Comissão Especializada para a Mulher e Criança sofreu retaliações do próprio partido, precisamente pela sua posição em relação à lei foi expulsa bruscamente da presidência da Comissão e, no lugar dela, foi colocado um homem sem qualquer tipo de sensibilidade para a questão.

Por sua vez, Turé (2014) aponta dois problemas centrais: “Primeiro, nas listas dos principais partidos, o número de mulheres em posições elegíveis é muito baixo. Segundo, tanto os partidos políticos quanto o próprio Supremo Tribunal de Justiça ignoram a Lei da Paridade, de modo que as listas não respeitam o critério de 36%, e, curiosamente, os partidos não são questionados nem sancionados”.

Para que as eleições sejam verdadeiramente livres e justas, as mulheres devem ter as mesmas oportunidades que os homens de modo a participar em todos os aspetos do processo eleitoral. As mulheres devem ter oportunidades iguais para prestar serviços em todos os níveis das instituições ou organizações nacionais de gestão eleitoral tanto do ponto de vista técnico (recenseadora, observadora, vogal, fiscais, presidentes de mesa) como do ponto de vista político (presidente das comissões regionais e nacionais). As mulheres devem ser capazes de participar plenamente em todos os aspetos das ações de partidos políticos, enquanto ativistas, líderes de opinião, candidatas, cabeças de listas de círculos, candidatas a chefiar o governo e a presidência

da república) e a essas mulheres candidatas deve ser dado um tratamento justo e igual nos meios de comunicação social (Barros; Semedo, 2012).

Para Mendes (2019) destaca que o sistema eleitoral é um dos principais meios pelos quais as mulheres podem acessar os espaços de tomada de decisão. No entanto, a inserção feminina na política guineense está fortemente condicionada pelos partidos políticos. Embora estes partidos representem a via de acesso ao poder e aos espaços decisórios, eles também criam barreiras estruturais que contribuem para a persistente baixa participação das mulheres na política.

Já Djaló (2023), enfatiza que desde a aprovação do multipartidarismo, houve o surgimento de vários partidos políticos no país e a cada eleição legislativa um partido era formado, maioria desses partidos são liderados pelos homens e são responsáveis por enviar lista com nomes dos representantes do partido para a Assembleia Nacional Popular.

Existe ainda um desequilíbrio na representação feminina nos órgãos chave do país, em que as mulheres enfrentam dificuldade para alcançar o lugar de tomada de decisão que já estão ocupados pelos homens, percebe-se isso nos partidos políticos. Como salienta Mendes (2019) que “as mulheres não ultrapassam os 20% dentro dos principais órgãos nacionais do PRS. Isto demonstra as dificuldades com que sempre se deparam para serem escolhidas ao cargo de chefia nos órgãos dirigentes”.

Ainda Mendes (2019) ressalta que tanto no PAIGC como no PRS, as mulheres deparam com as mesmas dificuldades relativas ao acesso aos cargos de chefias, líderes ou dirigentes partidárias e a cargo de deputadas. Os partidos políticos são portas para conseguir alcançar cargos chaves ou cargos de líder no país, mas eles constroem barreiras para dificultar as mulheres a alcançar esses cargos.

De acordo com Té e Monteiro (2024), ainda destaca que nas últimas legislativas em 2023 a situação não é a mesma, nesta as mulheres representam 10,8% dos deputados eleitos. Mesmo com a aprovação da lei da paridade em 2018, elas continuam a desagregar em resultados da ausência das ações afirmativas capazes de sintetizar a distância de gênero sobretudo no parlamento e no governo central.

Entretanto, o PAIGC foi um dos partidos na Guiné-Bissau com mais número de mulheres na política em comparação com demais partidos, tentando manter na prática o pensamento de Cabral de emancipar a participação delas, mas de vez em quando houve a redução desse número. Em outras palavras, Té e Monteiro (2024) mostra que nas legislativas de 2019 Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) elegeu 13 deputadas e partido da renovação social (PRS) apenas uma (01) deputada.

6.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NA TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA

No âmbito da luta armada implementada pelo Partido Africano para independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o exército constituiu um mecanismo de extrema importância, de emancipação e de progresso social. Muitas mulheres foram formadas e exerceram funções nas Forças Armadas Locais (FAL) e passaram a cumprir missões de guerra, onde é possível citar nomes importantes, tais como Carmem Pereira, Teodora Inácia Gomes e Paula Fortes (Silva, 2018). Percebe-se que as mulheres participaram ativamente em diversas áreas sociais durante a luta de libertação juntos aos homens com o mesmo objetivo de libertar o país.

Segundo Té e Monteiro (2024) destacam que o Parlamento da Guiné-Bissau foi criado em 1973, ano em que a independência do país foi proclamada unilateralmente nas Colinas de Boé, no sul do território. O discurso de proclamação foi lido pelo guerrilheiro da luta de libertação João Bernardo Vieira (Nino). Após esse marco histórico, foram eleitos os membros do primeiro Poder Executivo, então denominado Conselho de Comissários de Estado, composto exclusivamente por homens, sem qualquer representação feminina.

Dessa forma, conforme afirma Silva (2018), apesar da intensa participação durante a luta de libertação, depois da independência, as mulheres foram relegadas a uma posição de subordinação e fragilidade, sobretudo na esfera política e nos postos de decisão.

Conforme já referido, a participação das mulheres na tomada de decisão política na Guiné-Bissau é ínfima devido aos padrões culturais e morais profundamente enraizados na sociedade, que restringem o espaço de atuação feminina e não promovem a igualdade de oportunidades. Por outro lado,

Desde o início da luta de libertação até hoje, a Guiné-Bissau passou por diferentes fases em relação à participação política das mulheres. Por um lado, foi possível observar um papel significativo desempenhado pelas mulheres na construção da nação e na criação de processos democráticos; por outro lado, no entanto, a instabilidade política recorrente, aliada a práticas discriminatórias, levou a uma situação em que as evidências da participação ativa das mulheres foram enfraquecidas. Uma ilustração disso é que o número de mulheres ocupando cargos no Conselho de Ministros e na Assembleia Nacional diminuiu desde então. Na última legislatura, havia apenas 13 mulheres em cada 100 deputados e três mulheres entre os 16 ministros no governo. Dentro do novo governo de transição, não há nenhuma ministra e o Ministério da Mulher foi extinto. (UNIOGBIS, 2012).

Um fator crucial a ser considerado é que, na Guiné-Bissau, as mulheres constituem a maioria da população, representando mais de 51,4% do total. No entanto, paradoxalmente, sua presença na política continua extremamente limitada. A ausência de políticas públicas eficazes que promovam a participação feminina é um dos principais obstáculos à reversão dessa

situação, apesar dos esforços pontuais realizados para aumentar a presença das mulheres nos espaços de decisão. A implementação dessas políticas enfrenta, contudo, desafios estruturais significativos.

Conforme destaca Suzi Barbosa (2017), embora a população guineense seja majoritariamente feminina, apenas cerca de 10% das mulheres participam ativamente da política, e apenas 25% ocupam cargos na administração pública. Isso evidencia a necessidade de políticas voltadas para fortalecer a atuação das mulheres, não apenas como apoiadoras dos homens, mas como candidatas e gestoras efetivas de funções públicas.

Nesse âmbito, Barros e Semedo (2012), destacam que apesar delas estão em todas as esferas da vida, continuam sempre desprezadas no segundo plano, as responsabilidades que lhes são atribuídas não são vistas com grande importância para a comunidade, apesar que as responsabilidades são essenciais para um bom funcionamento e o bem-estar da comunidade em geral, elas são dispensadas na tomada de grandes decisões, do mesmo modo na tomada de decisão da comunidade que tem a ver com a sua própria vida.

É evidente que a baixa representação das mulheres nos poderes governamentais indica uma forma de desigualdade incorporada no sistema político. Mas não se pode perder de vista que, por si só, a maioria presença dos ingressantes de grupos dominados nos espaços de poder não eliminará nem reduzirá de maneira substantiva a desigualdade política. Ela apenas fará com que o conjunto de tomadas de decisão se torne mais diversificado e, portanto, similar ao corpo social. (Impanta, 2017, p. 18-19).

Lopes (2023), salienta que “desde a abertura democrática até o ano 2023, a história política da Guiné-Bissau testemunhou apenas uma candidata à presidência do país, Antonieta Rosa Gomes, destacando-se como a única mulher a almejar tal cargo”. Na Guiné-Bissau se verifica a invisibilidade das mulheres na tomada de decisão ou como candidata à presidência, por falta de apoio tanto por parte dos homens quanto por parte das mulheres.

A participação das mulheres na política guineense é frequentemente percebida como parte de uma cultura transmitida de geração em geração, em que o envolvimento feminino é limitado a papéis considerados secundários. Em muitos casos, sua atuação se restringe a momentos específicos, como durante os períodos eleitorais, quando são incumbidas de tarefas como a animação de eventos e o preparo de alimentos nas campanhas, enquanto os cargos de maior responsabilidade permanecem sob domínio masculino.

Como ressaltam Barros e Semedo (2012), a integração das mulheres na política tem sido moldada por costumes tradicionais que confinam sua participação a funções simbólicas e auxiliares. Na prática, a presença feminina é frequentemente utilizada como estratégia para

ampliar as bases eleitorais dos partidos, cujas lideranças continuam majoritariamente nas mãos dos homens.

6.4 DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA GUINEENSE

As mulheres guineenses enfrentam múltiplos desafios em relação à sua participação ativa na política. Entre os principais obstáculos estão a discriminação de gênero, a violação de direitos, as ameaças provenientes tanto de dirigentes políticos quanto de companheiros, além da violência de gênero. Somam-se a esses fatores as barreiras institucionais impostas pelos próprios partidos políticos, que continuam a limitar a visibilidade e a presença feminina nos espaços de tomada de decisão.

Segundo Djanta (2018) maioria dos homens guineenses preferem ter uma mulher analfabeta ou iletrada, partindo da lógica de que as mulheres com um elevado nível de escolaridade tendem a ser uma ameaça para eles. O que cabe na cabeça de muitos homens e mulheres é que, mulher com alto nível de escolaridade se expressa como uma mulher solteira e a mulher solteira na sociedade guineense não goza de tanto respeito quanto a mulher casada. Denota-se que as mulheres enfrentam enormes dilemas no que tem a ver com a política, onde a escolha de se representar politicamente implica a não realização de se casar, ou onde a escolha de se casar implica a não representação política.

Nesse âmbito Djaló (2023) explica que a sociedade é dominada pela cultura, a maioria dos comportamentos da população guineense está ligada à cultura do povo guineense. Entretanto Barros e Semedo (2013) enfatiza que atual reduzida integração feminina na esfera política não se deve à falta de uma consciência política, mas sim a uma consciência política moldada por uma educação familiar e uma sociedade que limita as mulheres, por culturas com aspectos prejudiciais à participação das mulheres na vida pública.

Os vários fragmentos da história da Guiné-Bissau a que se pode ter acesso mostram-nos um poder tradicional organizado piramidalmente com Régulos ou Reis no topo, seguidos de chefes religiosos (Baloberu, Djambakus, Tcholonadur, Imames), na sua grande maioria homens, que gozam de grande prestígio na comunidade, seguidos dos súbditos na base da pirâmide. Entre os Régulos e o povo encontram-se, nessas sociedades chamadas verticais, as várias castas divididas por ofícios; nas ditas sociedades horizontais, em que não existe a figura de régulo bem definida, há conselhos de anciãos e o povo, sem uma divisão/ estratificação clara de castas ou linhagens superiores e inferiores. Em ambas, as mulheres aparecem sempre nos grupos de filhas, esposas, mães, irmãs, sobrinhas. (Barros; Semedo, 2013, p.30).

Nessa perspectiva, Barros e Semedo (2012) ressaltam que, no que diz respeito a participação das mulheres no processo da democracia, existem ainda muitos obstáculos culturais, psicológicos e tradicionais, já que a promoção da igualdade no acesso das raparigas à educação e emprego e de forma geral o respeito pelos seus direitos humanos, inclusive a integridade física, são os principais instrumentos para alteração da atual situação.

A violência psicológica contra meninas pode manifestar-se tanto no ambiente familiar quanto escolar, por meio de adjetivos e expressões que desqualificam, minimizam sua imagem e menosprezam suas capacidades. Essas práticas geram insegurança e medo de enfrentar desafios, de expor ideias e de defender publicamente suas opiniões (Barros; Semedo, 2013).

A violência moral e psicológica também constitui um dos principais obstáculos à integração feminina na política. Muitas mulheres são difamadas, controladas e desvalorizadas nos espaços de poder, o que compromete sua autoestima e capacidade de atuação. Um exemplo emblemático é o de Carmen Pereira, que sofreu Violência Política de Gênero (VPG), sendo deliberadamente excluída de determinados espaços e eventos oficiais em Portugal durante o seu mandato como presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), sob a justificativa de que tais eventos reuniam “pessoas de peso” (Pereira, 2016, apud Té; Monteiro, 2024).

É importante ressaltar, contudo, que nem todas as mulheres enfrentam as mesmas barreiras para ingressar na política. Mulheres pertencentes às elites tendem a dispor de maiores recursos e redes de apoio, o que lhes confere relativa facilidade de acesso em comparação às mulheres das classes populares. No entanto, Té e Monteiro (2024) enfatizam que, apesar dessas diferenças de classe, todas compartilham um denominador comum: a experiência da violência política de gênero (VPG), que se manifesta precisamente por serem mulheres.

7 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho baseia-se na pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica e análise documental através de livros, artigos, dissertações. Além disso, adotaremos outros métodos de coleta de dados através de pesquisa de campo, observação, entrevistas formas e semiestruturadas. Conforme Strauss e Corbin (1990) define a pesquisa qualitativa como aquele que os resultados não são alcançados através do procedimento estatístico ou de quantificação. Segundo Ferreira (2011) “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

De acordo com Gil (2002, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta vantagens significativas, pois constitui uma fonte rica e estável de informações, não requer altos custos

nem contato direto com os sujeitos da pesquisa, permitindo uma análise aprofundada das fontes. Já a pesquisa bibliográfica, embora similar à documental, difere pela natureza das fontes, envolvendo a leitura, análise e interpretação de materiais impressos, como livros, periódicos, documentos mimeografados ou fotocopiados, imagens, manuscritos, mapas, entre outros.

No entanto, durante o percurso da pesquisa pretendemos realizar várias entrevistas com entidades nacionais e internacionais, como Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social, Instituto da Mulher e da Criança, Comissão Nacional de Eleições (CNE), Assembleia Nacional Popular (ANP), Ministério da Administração Pública, Emprego, Formação Profissional e Segurança Social, Sociedade Civil, Partido da Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), Partido da Renovação Social (PRS), Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), Movimento Mindjer Ika Tambur, Nações Unidas (NU) e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Contudo, com a impossibilidade de arcar com custos de viagem para Guiné-Bissau devido às condições financeiras, adotaremos outras formas de coleta de dados por meio das plataformas digitais.

Desta forma, a entrevista é uma forma de interação social em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, na qual o pesquisador busca obter dados por meio das perguntas e o pesquisado aparece como fonte de informação (Gil, 2008).

Por outro lado, a entrevista online é um método científico viável para a recolha de informações, diversificando os meios de pesquisa. Contudo, seu uso exige familiaridade do pesquisador e dos entrevistados com a tecnologia, além de ser necessário para alcançar os objetivos propostos. É especialmente adequado quando os informantes estão distantes, tornando-se único meio de contato. (PAIVA, 2011).

Em suma, esta combinação metodológica permite não apenas compreender a participação das mulheres na política guineense a partir de dados históricos e acadêmicos, mas também analisar criticamente as barreiras culturais, sociais e políticas que limitam sua inserção na esfera pública.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. **Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna.** Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 95-117, 2012.

ANÓSTÉ, Paulo. **Novos partidos políticos na Guiné-Bissau: uma análise dos seus impactos na institucionalização do sistema partidário (1991-2019)**. 2023.

ARAÚJO, Helmer. **O livro na Rua: Biblioteca do cidadão**. Brasília: Thesaurus Editora, 2012.

BARBOSA, Suzi. Deputada quer mais mulheres nas próximas eleições. *Jornal DW para África*, 30 de ago .2017. Disponível em: <https://share.google/gqrpGseedFGUG40aX>. Acesso em: 06 set. 2025

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete. **A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau: da consciência, percepção à prática política**. Guiné-Bissau: UNIOGBIS, 2013.

BIAGUE Goia Alfredo. **Da invisibilidade a representatividade: breve discussão sobre a mulher na esfera pública da Guiné-Bissau** p. 1-2, 2019 disponível em <https://www.joinpp.ufma.br/images/trabalho>

BRITTO, Maria Paula Cunha. “**quebrando o gelo**”: A participação das mulheres no processo de manutenção da paz na Guiné-Bissau 15/12/2018 disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com>.

CÁ, Capcine Casimiro. **Participação política das mulheres em África: analisando o caso da Guiné-Bissau**. 2023.

DE BARROS, Miguel; SEMEDO, Odete Costa. **Manual de Capacitação das Mulheres em Matéria de Participação Política com base no Género**. 2012.

DJANTA, Bininba. **A desigualdade de gênero na política guineense pós-abertura democrática (1994-(2014))**. 2018.

DW. **Novo Parlamento guineense sem jovens e com poucas mulheres**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/novo-parlamento-da-guin%C3%A9-bissau-sem-jovens-e-com-poucas-mulheres/a-48391061>. Acesso em: 11 nov. 2025

FERREIRA DE OLIVEIRA, Maxwell. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. 2011.

GOMES, Patrícia Godinho. "O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar." *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História* 12.19 (2015).

GOMES, Patrícia Godinho. Nelvina Barreto: **trajetória política de uma mulher bissau-guineense**. cadernos pagu, n. 71, p. e247102, 2024.

GOMES, Peti Mama. “**Ser mulher africana e estudante no contexto de diáspora: alguns aspectos do cotidiano de estudantes guineenses no maciço de Baturité-CE**”. 2016.

GUINÉ-BISSAU, INE (Instituto nacional de Estudos). **Mulheres e homens na Guiné-Bissau**, 2023. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/ESTATI%CC%81STICA%20DE%20GENERO%20GUINE%CC%81%20BISSAU%2023_230328_101506.pdf. Acesso em : 11/ 11/ 2025.

GUINÉ-BISSAU, INE (Instituto nacional de Estudos). **Terceiro recenseamento geral da população e habitação – 2009**. Disponível em: https://stat-guinebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/caracteristicas_socio_cultural.pdf. Acesso em: 09/ 11/ 2025.

IMPANTA, Iadira Antonio. **Mulheres guineenses na tomada de decisões políticas (1994-2014)**. 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Dina Jule Cadia. **Participação política de mindjeris na Guiné-Bissau: uma reflexão a princípio da lei de quota e de paridade (2018-2023)**. 2023.

MBUNDÉ, Daiana Fernando. **A participação feminina no espaço de poder na guiné-bissau: uma abordagem sobre relações de parentesco/família no campo político**. Curitiba-PR. 2022.

MENDES, Herculano Arlindo. **A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS**. 2019. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do (PAIGC): etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. Araraquara – S.P. 2014.

PAIVA, Ana et al. **Os métodos interpretativos e a entrevista online na investigação qualitativa. SEM@ RESEARCH**, p. 1-13, 2011.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Lutas e Formas de Organização Feminina em África: considerações sobre Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde**. Revista de Políticas públicas, v. 22, p. 969-986, 2018.

STRAUSS A.; CORBIN J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Califórnia: Newbury Park, 1990. Disponível em: Acesso em: 07 jun. 2017.

SUL, PRESENÇA DA MULHER AFRICANA AO; DO SARA, N. A. CULTURA E NA CIÊNCIA: QUESTÕES DE GÊNERO. Africana studia: revista internacional de estudos africanos, v. 1, n. 6-7, p. 153, 2003.

TÉ, Ginelsa Nelson Vieira. **Processo de emancipação feminina: um estudo de caso das mulheres guineenses**. 2022.

TÉ, Paulo Anós; BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. **Sistema partidário Guineense: por que não chegamos a tantos partidos políticos nas eleições legislativas de 2023?** 2024.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Participação política na Guiné-Bissau**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 10, n. 2, p. 1-24, 2024.

TURÉ, Bubacar. **Partidos e Supremo "ignoraram" lei da paridade**. Jornal Dw para Africa, 17 de mai.2023. Disponível em: <https://share.google/25wqhmROhCsDluCyw>. Acesso em: 05 set. 2025

UNIOGBIS. **Formação e avaliação de necessidades sobre a participação política das mulheres na guiné-bissau**. 2012. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/en/training-and-needs-assessment-womens-political-participation-guinea-bissau>>